

RELATÓRIO SEMANAL

ABRACEEL

Semana II | 07 a 11 de outubro de 2019.

ABRACEEL ATINGE A MARCA DE 93 ASSOCIADAS

No dia **10.10**, o Conselho da Abraceel e a Diretoria Executiva se reuniram para discutir assuntos de interesse da associação. Compareceram todos os conselheiros, à exceção de Ricardo Motoyama, e a diretoria executiva da Abraceel. Também participou da reunião, como convidado, Daniel Sica, da WX Energy.

Iniciada a reunião, o Presidente Reginaldo Medeiros passou a palavra ao Prof. Alan de Genaro, professor de Finanças na FGV, que foi convidado para fazer apresentação ao Conselho sobre clearing houses e os mecanismos de proteção aplicáveis. Conforme as recomendações do Bank for International Settlements (BIS), o capital da própria clearing é um dos instrumentos exigido para cobrir eventuais inadimplências e deve, ainda que parcialmente, ser utilizado de forma prioritária em relação ao fundo mutualizado com os participantes do mercado.

Encerrada a apresentação, seguida de debates, Reginaldo deu início à pauta de decisões do Conselho e lembrou a realização do coquetel anual e a necessidade da venda de cotas de patrocínio, para viabilizar sua realização, uma vez que até o momento apenas duas cotas foram solicitadas. Delta, BC Energia e Capitale ofereceram-se para patrocinar. O assunto será reforçado junto às demais associadas.

Na sequência, o pedido de adesão à Abraceel das empresas BP Comercializadora e Zeta

Energia foi submetido ao Conselho, que discutiu as informações hoje oferecidas por todas as empresas que postulam adesão à Abraceel. Os pedidos foram aprovados por unanimidade.

Nos assuntos gerais, Reginaldo destacou as premissas consideradas para elaboração do orçamento da Abraceel para 2020, que incluem i) receita orçamentária tendo por base 93 associados (para o orçamento 2019 foram consideradas 95 associados);

ii) manutenção do quadro de pessoal (reajuste do IPCA) + ajuste da curva salarial da equipe;

iii) consultorias: manter escritório Julião, incorporando acompanhamento tributário Escritório Bichara, sem ônus (principal item) e manutenção da auditoria, planejamento, estudos técnicos (a definir);

iv) eliminar risco da Prova de Certificação: 60 mil/ano;

v) reduzir as despesas de viagem em 5% sobre melhor estimativa de 2019; vi) despesas administrativas: reajuste pelo IGP-M (aluguel);

vi) comunicação: manter o contrato atual da Fran Press sem novas ações. aplicativo Abraceel e assinatura do Sigalei; vii) eventos: realizar 01 evento em fevereiro e 02 eventos com parlamentares; e viii) projetos: manutenção pesquisa Ibope. Foram aprovadas

as premissas, devendo o orçamento final ser levado à apreciação do Conselho na reunião do próximo dia 29 de outubro, para posterior encaminhamento à AGO em novembro.

Em seguida, foi apresentado o calendário Abraceel para 2020, que foi aprovado, sem ressalvas.

Seguindo a pauta, foi apresentada a proposta de revisão do Estatuto Social e do Regimento Interno. As mudanças preveem que:

i) a Diretoria Executiva passará a ser Presidência Executiva, com 1 presidente e 2 vice-presidentes, de Relações Institucionais e de Energia;

ii) a criação de duas diretorias subordinadas às Vice-Presidências: Diretoria de Comunicação e Diretoria de Eletricidade e Gás;

iii) o Conselho poderá deliberar sobre a exclusão de associada que perder a condição para atuar na comercialização;

iv) deverá ser divulgado às associadas o pedido de ingresso de novas empresas em até 48 horas antes das reuniões presenciais do Conselho nas quais haverá deliberação e

v) o detalhamento do trâmite de ingresso em ação judicial pela Associação no Regimento Interno. O Conselho aprovou as mudanças, sendo que a alteração do Estatuto passa necessariamente pelo crivo das associadas em Assembleia.

Finalizando a reunião, o Presidente do Conselho, Ricardo Lisboa, trouxe a questão da correção pelo IGPM sobre o débito do GSF, sem a aplicação da correção mensal de 1%, como ocorre em casos de inadimplência, e os eventuais riscos para os agentes de mercado. Debatido o assunto, decidiu-se que a questão será levada pela Abraceel à CCEE, para que essa esclareça o procedimento adotado.

WORKSHOP DA ABRACEEL REÚNE ASSOCIADOS PARA DEBATER CLEARING HOUSE

Mais de 90 representantes de associadas estiveram presentes no auditório da associada WX Energy, em São Paulo, para o Workshop da Abraceel sobre Clearing House. Realizado no dia **10.10**, o evento contou também com a participação dos conselheiros Ricardo Lisboa (Delta Energia), Alessandro Brito Cunha (BC Energia), Daniel Marrocos (Newcom), Eduardo Takamori (Engie), Luiz Macedo (WX Energy), Paulo Tarsos (Petrobras) e Rafael Mathias (Capitale).

O workshop foi aberto pelo presidente do Conselho, Ricardo Lisboa, que destacou a nova fase da Abraceel de discussões mais técnicas junto aos associados, trazendo importantes especialistas para debater assuntos complexos relacionados ao mercado livre.

Explicou que o palestrante original, Alexandre Zucarato, da Engie, enfrentou problemas no voo e que, por isso, Alan De Genaro, sócio-gerente da RiscoMétrica e professor associado de finanças na FGV, o substituiria. Alan possui experiência de 15 anos no mercado financeiro com passagens pela CETIP e BM&FBOVESPA.

Em sua apresentação, Alan destacou que a definição mais objetiva de uma Contraparte Central (CCP) é a novação, processo no qual a CCP se interpõe como contraparte legal de todos os negócios aceitos, permitindo que os riscos de crédito bilaterais se transformem em um risco de crédito único, com a liquidação ocorrendo em um modelo multilateral, o

que otimiza o uso de garantias e colaterais.

Alan apontou que, diferentemente de um banco, a CCP não assume risco, sendo uma provedora de infraestrutura do mercado financeiro. Todo risco que ela carrega, até eventual default, está compensado. Segundo Alan, a CCP apenas transfere risco de crédito de um para outro. Contudo, ao atuar como CCP, uma clearing passa também a estar exposta a um conjunto de riscos referentes às suas atividades.

De Genaro explicou que na hipótese de um inadimplemento, existem três modelos básicos de alocação de perdas em CCPs: (i) uso das garantias do inadimplente, que deve ser a maior parcela do volume financeiro disponível; (ii) uso das garantias dos não inadimplentes, usualmente proporcional ao risco que cada um induz ao sistema; e (iii) pagamento de terceiros (i.e. seguros), no qual a Câmara coloca parte do seu patrimônio em risco. No Brasil, o Banco Central exige que a CCP também assuma parte do risco, de forma que essa tenha uma gestão eficiente de risco, ou seja, demonstrar “skin-in-the-game”.

Dentre os mecanismos de controle de risco da CCP, Alan destaca (a) os critérios mínimos para aceitação de membros de compensação, (b) o sistema de cobertura de riscos, com avaliação intradiária e margens de garantia, (c) o limite de concentração de posição com base no número de contratos em aberto e exposição a fatores de riscos, (d) o limite de oscilação de

preços, (e) a chamada de margens adicionais e (f) algumas salvaguardas adicionais.

No modelo brasileiro, a estrutura de salvaguardas se baseia em garantias dos clientes, garantias próprias das corretoras, garantias próprias dos membros de compensação, fundo de liquidação e capital próprio da CCP. Nesse sentido, Alan destaca que a CCP é um negócio intensivo em capital e com elevada concentração, com poucas entidades concentrando grande parcela das operações.

De Genaro também explicou que quem se relaciona com a CCP é o membro de compensação, com o cliente final se relacionando com o membro de compensação, sem relação direta com a CCP. Como o Brasil utiliza o conceito de beneficiário final, no qual os recursos estão segregados pelo agente, não há contaminação de um eventual default aos outros clientes finais do membro de compensação.

Alan pontou que hoje o valor nocional de todos os derivativos em circulação no mundo é de 639 trilhões de dólares, dos quais 68% são compensados por meio de alguma câmara de compensação. Alerta que, apesar das vantagens, existe uma discussão se isso não traria um risco, na medida em que as CCPs estariam se transformando em entidades “too big to fail”.

Ao final, De Genaro tirou dúvidas dos associados. Explicou que o simples fato das operações estarem concentradas em um único vencimento não é um entrave. É o que ocorre, por exemplo, no vencimento de derivativos de dólar, onde a liquidez está concentrada no último vencimento.

Alan enxerga que a CCP é uma possibilidade para o mercado de energia elétrica, mas que essa é a última etapa e a sua adoção está associada a uma série de responsabilidades, tais como quem será responsável pelo investimento, qual a governança, qual será o investimento, dentre outras. Na sua visão, existem várias questões ancestrais que precisam estar respondidas.

Para implementação de uma CCP, De Genaro destaca que um dos primeiros passos poderia ser uma etapa intermediária, na qual seriam realizadas simulações para avaliação dos riscos e custos, ainda com o risco de crédito de forma bilateral. Além disso, o mercado poderia iniciar a negociação dos contratos financeiros, para que isso se torne usual, ofereça liquidez e pavimente a entrada de uma CCP.

A Abraceel agradece a associada WX Energy por disponibilizar suas instalações e ao palestrante Alan De Genaro por aceitar o desafio de última hora e realizar uma excelente apresentação.

WORKSHOP SOBRE FORMAÇÃO DE PREÇOS DEBATE PREÇO POR OFERTA E POR CUSTO

Na sequência, na tarde do dia **10.10**, a Abraceel também realizou um workshop sobre formação de preços. Alexandre Lopes abriu a discussão lembrando que o debate estava previsto como meta para 2019 e que servirá de insumo para a Abraceel ter um alinhamento mais consolidado no planejamento estratégico 2020, a ser realizado nos dias **31.10** e **01.11** em Florianópolis.

Desenho de mercado

Alexandre Viana, da Thymos Energia, iniciou as apresentações abordando desenhos de mercado e características dos modelos. Apointou que um desenho de mercado standart considera a segregação dos componentes associados à energia, visando maior competição. Mostrou um panorama dos desenhos de mercado no mundo, destacando que os Estados Unidos estão considerados como mercado atacadista, já que 65% da sua carga funciona nessa lógica. Para Viana, o preço é a variável chave de qualquer mercado e disfunções podem gerar transferências indevidas de renda.

Viana apontou que os modelos de formação de preços têm duas vertentes: a econômica e não-econômica. A não-econômica pode ser dividida em dois modelos: (i) equal shares, que rateia a geração das usinas pela capacidade instalada, como por exemplo acontece na China, e (ii) administrativo, em que o gerador produz toda a sua capacidade, porque os recursos são escassos. Já a vertente econômica, pode ser (i) cost based, onde o custo é

regulado e funciona via modelo matemático ou (ii) price based, que se divide em (i) bid based pool, onde o gerador informa quanto quer gerar, a que preço e em quais condições, e em (ii) self dispatch, onde o gerador informa em um processo chamado nomination quanto será sua oferta física, e há um encargo em caso de desbalanceamento.

Preço por oferta

Alexandre Zucarato, da Engie, explicou que no Brasil, desde a origem já se partiu de um paradigma com um despacho centralizado, baseado em custos e com MRE. É um modelo que assegura a operação eficiente das cascatas, evita poder de mercado de mercado, e reduz a volatilidade de renda das hidrelétricas, vantagens que geralmente são colocadas como empecilhos para um modelo de preço por oferta. Porém, há desvantagens ao resolver uma aproximação muito distante da realidade, definindo uma série de premissas que dependem de uma visão centralizada, de um tomador de decisão que não está no jogo. Nesse caso, pode haver uma transferência de responsabilidades para o tomador de decisão, já que os agentes não controlam seus próprios riscos.

Assim, Zucarato entende que se fosse possível aproveitar a inteligência distribuída dos agentes, poderia aumentar exponencialmente a clareza de representação do sistema. Zucarato entende que é possível ter oferta de preços mantendo o despacho centralizado e o MRE, em uma lógica em que cada agente

assuma e gerencie seus próprios riscos. Lembrou da proposta do Comitê de Revitalização de 2002, onde seriam criados reservatórios virtuais (comerciais), em que cada agente tem um estoque disponível para o bid. As ofertas que forem atendidas, seriam descontadas do seu reservatório virtual, porém no mundo físico o operador continuaria atuar da forma a salvaguardar a segurança do abastecimento.

Por fim, explicou que se houver exercício do poder de mercado, os benefícios esperados pela oferta de preços podem não ser atingidos. O IHH, geralmente usado para medir concentração de mercado, no Brasil é da ordem de 800 pontos, o que é similar ao Reino Unido. Porém, dependendo do formato da capitalização da Eletrobras, o índice poderá variar de 500 a 1500 pontos, um ponto de atenção portanto, para a implementação do preço por oferta.

Preço por custo

Gustavo Arfux, da True Comercializadora, apontou que apesar de o preço por custo possibilitar a realização de estudos prospectivos e mitigar poder de mercado, o mecanismo atual não é satisfatório. O modelo atual é defasado, com atrasos em sua reação, que impõem uma volatilidade indevida ao preço. Dessa forma, falar em preço por custo não seria defender o modelo atual, e sim pensar em modelos muito mais evoluídos e eficientes, com uma atualização mais frequente de dados e com uma governança mais estabelecida.

Arfux lembrou que o poder de mercado é controlado pela quantidade ofertada, o que na realidade brasileira teria alto impacto no

preço, já que 5 empresas concentram quase 70% da oferta hídrica. Para ele, a comparação feita atualmente prejudica a discussão, já que seria interessante comparar um mercado com oferta concentrada formando preço por oferta e um mercado com preço por custo usando um modelo muito mais evoluído que o atual.

Por fim, os palestrantes se sentaram à mesa para responder as perguntas dos associados, que foram enviadas ao moderador Alexandre Viana. Dentre várias perguntas, os associados perguntaram como são solucionadas disputas de concentração de mercado em mercados de preço por oferta, tendo sido respondido que é fundamental que haja supervisão rígida dos órgãos de controle, e também com uma política de disclosure das informações. Os associados questionaram como atribuir multa nos casos de geradoras que tem no mesmo grupo comercializadoras. Sobre isso, foi comentado que é muito difícil medir performance de mercado, como foi tentado no mercado neo-zelandês.

Também foi perguntado se como alternativa, faria sentido usar inteligência distribuída para aperfeiçoar o preço por custo. Discutiu-se que já se avançou muito no acesso e governança dos modelos, em relação ao que existia antes, mas se poderia evoluir mais para o código aberto e até com softwares colaborativos em nuvem, porém o contraponto é que essa evolução pode depender muito do governo. Também houve debate sobre o tempo de implementação do preço por oferta, e que o principal gargalo seria vontade política e não restrições técnicas. Os associados sugeriram que fossem estressadas as possibilidades para

que seja formado o posicionamento estratégico da Abraceel.

Ao final, os associados seguiram para uma confraternização. **As apresentações estão disponíveis na área restrita do site da Abraceel, seção apresentações exclusivas. A Abraceel agradece a associada WXEnergy pelo apoio e disponibilidade em receber os eventos.**

ABRACEEL E ANEEL DISCUTEM MELHORIAS NOS EDITAIS DOS LEILÕES A-1 E A-2

Em **07.10**, a Abraceel, representada por Reginaldo Medeiros, Alexandre Lopes e Bernardo Sicsú, se reuniu com a Secretaria Executiva de Leilões da Aneel para debater aprimoramentos nos editais dos Leilões de Energia Existente A-1 e A-2, tema da Audiência Pública n. 35/2019. A SEL/Aneel foi representada por André Tiburtino e Eduardo Barreto.

A Abraceel iniciou a reunião pleiteando a análise e divulgação prévia da adimplência das compradoras, bem como a participação nos certames apenas de agentes adimplentes. Ressaltando que todas as contribuições ainda serão avaliadas pelos membros da Comissão, os representantes da SEL informaram que a lista das compradoras é repassada à Aneel apenas no dia do leilão e que a sua divulgação pode ajudar a revelar o montante declarado pelas compradoras, informação considerada estratégica para o sucesso do leilão. Além disso, ressaltaram que a legislação obriga as distribuidoras a comprar em leilões, impedindo que a Aneel coloque barreiras a sua participação.

Em seguida, a Abraceel pleiteou que fosse retornada a exigência de Garantia de Proposta pelos compradores, em isonomia com o exigido dos vendedores. A SEL/Aneel destacou que esse ponto deverá retornar, em uniformidade com o aplicado no recém-aprovado edital do Leilão A-6. Apontaram, no entanto, que está em estudo a retirada dessa exigência para to-

dos os leilões, na medida em que o regulador possui outros mecanismos de “enforcement”, como a aplicação de multas e penalidades. A Abraceel reforçou a importância da exigência de Garantia de Proposta e enfatizou que fez pleito similar para os compradores do MVE como forma de ampliar a segurança do setor.

A Associação também solicitou o retorno da eficácia dos CCEAR condicionada à celebração dos CCG, com registro, modulação e sazonalização dos contratos no CliqCEE somente após o aporte das garantias do CCG e devolução da garantia do vendedor no caso de verificada culpa da parte compradora ou banco gestor. Os representantes da SEL/Aneel apontaram que esse ponto é complexo, pois nem todas as empresas conseguem viabilizar a assinatura do CCG, existindo casos no qual houve assinatura do CCEAR sem a assinatura do CCG. Mencionaram que uma possível solução poderia ser a criação de uma garantia do sistema, uma espécie de fundo garantidor, mas que não houve contribuição dos agentes nesse sentido.

Ao final, os representantes da SEL/Aneel agradeceram a Abraceel pelo envio de contribuições e reafirmaram que todos os pontos ainda serão objeto de análise por todos os membros de Comissão e levados para aprovação da Diretoria Colegiada.

A apresentação realizada pela Abraceel e contribuição enviada à AP 35 da Aneel estão disponíveis no site da Abraceel.

Código Brasileiro de Energia Elétrica

A Câmara dos Deputados criou uma Comissão Especial para propor o Código Brasileiro de Energia Elétrica, com o objetivo de reunir, atualizar e modernizar toda a legislação existente sobre o setor de energia. O deputado Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS/MG), relator da proposta, apresentou o texto-base no dia 09.10. Confira os tópicos abordados na sugestão apresentada pelo relator:

1 Instituições Governamentais

1. Poder concedente

2. Aneel

3. CMSE

4. Agentes Setoriais e Outorgas

Geração, Transmissão, Distribuição, Comercializadores, Importadores e Exportadores

5. Eletrobras e Subsidiárias

6. ONS

7. CCEE

Preço Horário

2 Da Organização Comercial

1. Condições Gerais da Comercialização de Energia Elétrica

a) Do regime de cotas de energia garantida
b) Da Repactuação do Risco Hidrológico

2. Da comercialização no Ambiente de Contratação Livre

a) Dos Consumidores Livres
b) Das Condições Gerais de Comercialização no Ambiente de Contratação Livre

ABERTURA DE MERCADO

2020: 2000kW

2021: 1000kW + os consumidores com carga inferior a 500kW serão representados por agente e varejista perante a CCEE

2022: 500kW + Poder Executivo deverá apresentar plano para extinção integral do requisito mínimo de carga para consumidores

2024: 300kW

2026: não se aplica o requisito mínimo de carga de que trata o caput para consumidores atendidos em tensão igual ou superior a 2,3kV

2028: TODOS OS CONSUMIDORES LIVRES!



3. Dos demais Dispositivos de Comercialização

4. Da Comercialização pelos Produtores Independentes

5. Da Comercialização de Energia de ITAIPU

6. Da Comercialização pela ELETRONUCLEAR

7. Da Comercialização pelos Demais Agentes

3 Dos Encargos, Tributos Setoriais e das Contas Especiais

RGR

CFURH

Royalties Itaipu

CCC

P&D

CDE

PROINFA

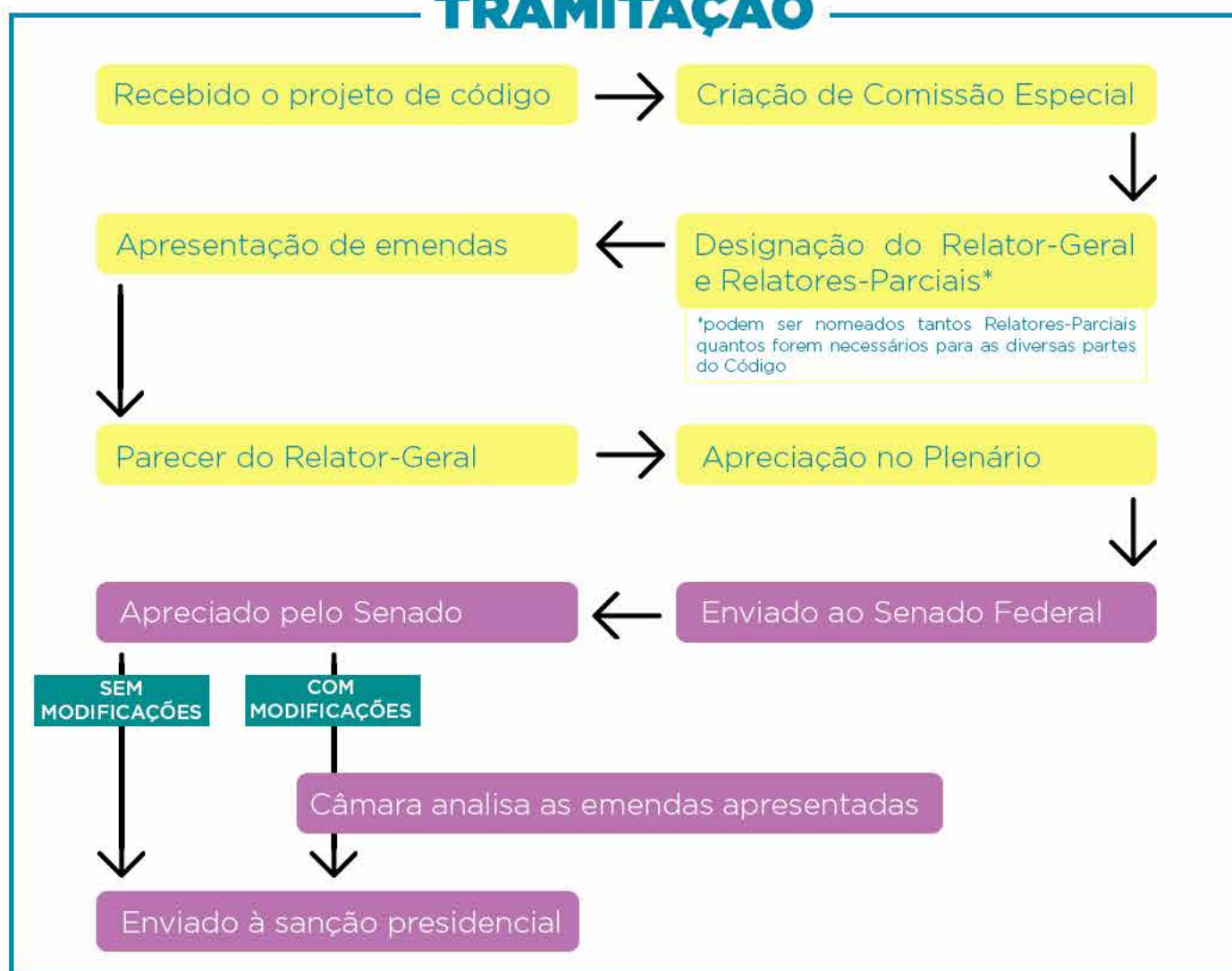
UBP

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica

Fundos (Fundó de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica, Nordeste, Sudeste)

Confira a íntegra do texto-base no site da Abraceel: www.abraceel.com.br > Biblioteca > Apresentações

TRAMITAÇÃO



Estão sendo acatadas contribuições do governo, entidades do setor e dos consumidores para a elaboração do projeto final, que podem ser encaminhadas para o e-mail ce.codigodeenergiaeletrica@camara.leg.br

>>RADAR INSTITUCIONAL



Código Brasileiro de Energia Elétrica:

Na última quarta-feira, **09.10**, o deputado Lafayette de Andrada apresentou o texto-base do Código Brasileiro de Energia Elétrica, que está aberto a contribuições do governo, de entidades do setor e dos consumidores para a elaboração do projeto final. No mesmo dia, Reginaldo Medeiros e a assessora de Relações Institucionais Amanda Ferraz estiveram reunidos com o deputado Lafayette para discutir o texto-base.



Confira no Abraceel Explica desta semana os tópicos abordados pelo relator no texto apresentado.



Portabilidade da conta de luz

Está agendada para a próxima semana, **15.10**, a reunião para instalação e eleição dos membros da comissão especial que analisará o PL 1917 de 2015. Na última quarta, as sessões

do Congresso Nacional e Câmara inviabilizaram a instalação da comissão.



Lei do Gás

O Deputado Silas Câmara divulgou no dia **08.10** uma nova versão do relatório substitutivo ao PL nº 6.407/2013 acatando, total ou parcialmente, as seguintes emendas: (i) insere no § 1º do art. 3º determinação para flexibilizar a classificação de gasodutos, para que dutos conectados a UPGNs e terminais de GNL possam ser construídos pelos próprios proprietários dessas infraestruturas; (ii) altera o § 4º do art. 31 para deixar claro que a comercialização no âmbito do mercado organizado deve ser realizada por meio de contratos padronizados; (iii) altera o inciso III do § 1º do art. 34 para incluir a restrição de comercialização entre produtores somente quando não houver justificativa técnica, regulatória ou operacional, que possa comprometer a produção de petróleo. Ademais, o deputado fez alterações para aperfeiçoar alguns dispositivos do PL, incluindo: (i) previsão de chamada pública pela ANP para outorga de autorização à atividade de transporte de gás natural; (ii) comando para que as autorizações para transporte de gás natural somente sejam revogadas após o devido processo legal e contraditório; (iii) determinação para que a ANP defina período de exclusividade, em que o acesso não será

obrigatório, para as instalações de estocagem de gás natural, levando em conta os investimentos que viabilizaram sua implementação.

O documento encontra-se na área restrita do site Abraceel, documentos gerais.

Os deputados Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP), João Roma (REPUBLICANOS/BA), Laercio Oliveira (PP/SE) e Leur Lomanto Júnior (DEM/BA) pediram vista conjunta ao projeto, que deve voltar a ser analisado na próxima semana.



Curtas

Abraceel debate futuro da indústria de petróleo e gás na OAB-RJ

Abraceel participou do 6º Fórum Internacional do Direito do Petróleo e Gás Natural, promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos do Direito da Energia, IBDE, e realizado na OAB-RJ no dia **08.10**. Bernardo Sicsú palestrou no painel “Futuro da indústria do petróleo e do gás natural do Brasil na próxima década e o crescimento das grandes petroleiras na exploração de energia renováveis”, que contou com apresentações do MME, ANP e IBP, a apresentação da Abraceel abordou as tendências do setor de petróleo e gás no Brasil e no mundo. Na oportunidade, abordou os desafios do Novo Mercado de Gás e a necessária modernização do setor elétrico. **A apresentação está disponível no site da Abraceel.**

Inadimplência de consumidores especiais e livres

No dia **01.10**, foi publicado o Despacho nº 2.683 da Aneel estabelecendo que o inadimplimento de consumidores especiais ou livres no âmbito da CCEE enseja seu desligamento da Câmara com a suspensão do fornecimento às respectivas unidades consumidoras. Também definiu que enquanto pendente a quitação dos débitos, é obstruída nova celebração de contratos com a distribuidora e é necessário que o consumidor negocie suas pendências com a CCEE para que seja permitida a celebração de contratos com a distribuidora.

Workshop: Mercado de gás natural no Brasil

O Ministério de Minas e Energia e a International Energy Agency (IEA) realizarão nos dias **22, 23 e 24.10** workshop para discutir o Mercado de gás natural no Brasil, com destaque para a modernização dos serviços de transporte e distribuição. Os primeiros dois dias serão sobre transporte de gás e o último dia sobre distribuição. A programação completa está disponível no site da Abraceel. **O evento acontecerá na sede do MME, em Brasília, e a confirmação de presença deve ser realizada até o dia 19.10 pelo e-mail secexgab@mme.gov.br.**



Nova etapa implementada na metodologia para remoção de viés ONS

ONS publicou informe em **07.10** sobre a remoção de viés. No processamento da metodologia para remoção de viés na revisão 1 do PMO de outubro em **03.10**, houve uma falha na obtenção da estimativa da precipitação por satélite do último dia verificado, que resultou na indisponibilidade dessa informação. O ONS explica que não houve tempo hábil para a obtenção das previsões com os



Curtas

ajustes, considerando os prazos para divulgação dos resultados do PMO. Dessa forma, afim de assegurar a não ocorrência desse tipo de falha, foi incorporada uma nova validação na etapa de carregamento dos dados de chuva de satélite no processo de previsão de vazão realizado pelo ONS.

IGNIS – Plataforma de planejamento de gás natural

No dia **09.10** a Gas Energy e a Geopost, apresentaram para a Abraceel sua nova plataforma tecnológica desenvolvida para aprimorar o planejamento de gás natural do mercado brasileiro – IGNIS. Com a IGNIS, é possível projetar cenários personalizados para gás natural, óleo e GNL para qualquer região produtora brasileira, podendo-se filtrar os dados de interesse e criar mapas e gráficos para a análise. O documento com mais informações sobre as aplicações da plataforma está disponível na área restrita do site da Abraceel, documentos gerais. **Vídeo de divulgação da plataforma:** <https://www.youtube.com/watch?v=e4UW-WZopjA&feature=youtu.be>



Fórum do Gás: Agenda Regulatória ANP

O Fórum do Gás elaborou proposta de alterações à agenda regulatória da ANP, para regulação do novo mercado de gás. Foi sugerido a inclusão de três itens: (i) diretrizes para regulamentação harmônica do mercado livre e da atividade de distribuição – foi sugerido, inclusive, que essa atividade seja priorizada em 2019, (ii) promoção do acesso às infraestruturas essenciais, incluindo gasodutos de escoamento e UPGNs, e (iii) realização da Chamada Pública Conjunta entre TBG, NTS e TAG. **A Abraceel circulou a proposta no GT e a versão final da carta está disponível na área restrita, seção “documentos gerais”.**

Aprovadas as alterações no Ajuste Sinief nº 03/2018

Foi publicado no dia **11.10** no Diário Oficial da União o Ajuste Sinief nº 17/2018 que trata das alterações no Ajuste Sinief nº 3/2018. Destacamos que o Estado do Ceará também foi incluído no referido ajuste. O ajuste permite a desvinculação entre o fluxo físico e contratual no transporte de gás como forma de viabilizar a adoção do modelo de entradas e saídas. Lembramos que no dia **19.09**, o Fórum do gás enviou carta ao Ministro da Economia Paulo Guedes, que também é presidente do Confaz, na qual manifestou apoio à aprovação das alterações. A carta foi assinada pela Abraceel e por outras dez entidades do Fórum



Curtas

do Gás. **A íntegra da carta e a publicação no DOU com as alterações estão disponíveis no site da Abraceel.**

Relatório com o diagnóstico do GT Modernização

No dia **09.10**, o GT Modernização do Setor Elétrico apresentou ao Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, o relatório que consolida os resultados dos trabalhos realizados pelo referido grupo. O relatório faz um diagnóstico sobre as mudanças identificadas como necessárias para viabilizar a modernização do setor e propõe um plano de ação para implementação. O MME elaborará um documento executivo com a visão geral do relatório e das propostas apresentadas, que será divulgado ao público em evento a ser realizado no dia **29.10**, às 14h30, em Brasília.

MODERNIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO

GUARDE ESTA DATA
29/10/2019

Ações para Modernização do Setor Elétrico

Horário: 14:30 **Resultados do GT**
Local: Brasília - DF
Inscrições: Em breve

Organização:

ANEL, EPE, CCEE, ONS

Abraceel realiza call com Antonio Farinha

Reginaldo Medeiros, Alexandre Lopes e Ângela Oliveira realizaram call, no dia **08.10**, com Antônio Farinha, da Bain, consultor que conduzirá a dinâmica do planejamento estratégico da Associação nos dias **31.10** e **01.11** em Florianópolis. Na pauta, explicação de como aconteceu a dinâmica do planejamento nos anos anteriores e apresentação das metas atuais da Abraceel.

Convite: II Seminário Dia do Mercado Livre de Energia

No dia **12.11** acontecerá o II Seminário Dia do Mercado Livre de Energia, um encontro com especialistas do setor de energia sobre aspectos ligados à bioeletricidade sucroenergética e o mercado livre de energia elétrica no Brasil. O evento terá início às 9h e acontecerá no auditório do Centro Empresarial Zanini em Sertãozinho (SP). **Maiores informações com imprensa@ceise.com.br / (16) 3945-5422 / (16) 3946-1210.**

II SEMINÁRIO DIA do Mercado Livre de Energia

Evento com especialistas do setor de energia sobre aspectos organizacionais e operacionais do evento

9h - Abertura com representantes das Associações organizadoras e apoiadoras do evento

9h30 - Cerimônia de inauguração no Brasil

10h30 - Debates

10h30 - Cenários para o mercado livre de energia elétrica

11h30 - Debates

11h30 - A BRCE e o futuro das plataformas de negociação no mercado livre

11h30 - Debates

12h - Encerramento

inscrições gratuitas Vagas limitadas

12/11 (terça-feira)

inscreva-se aqui

Informações: (16) 3945-5422 / 3946-1210 | www.ii-seminario-dia.com.br

Organização: ANEL, EPE, CCEE, ONS

Patrocínio: ANEL, EPE, CCEE, ONS, ABRACEEL, COBEM, America



Log Energia e Galápagos Capital

A Log Energia vem ao mercado informar que, nesta data, a Galápagos Capital Investimentos e Participações Ltda. patrocinou um aumento de capital e passou a deter o controle da companhia, reforçando a estrutura de capital para expandir sua atuação no mercado e viabilizar o desenvolvimento de novas linhas de negócio. Com essa capitalização, a Log Energia pretende aproximar-se do mercado financeiro e de capitais por meio da estruturação de produtos financeiros diferenciados, tais como pré-pagamento de energia, refinanciamento de dívidas e desconto de recebíveis, entre outros. Além disso, a Log Energia ampliará também a sua atuação no mercado de gestão de energia, desenvolvendo produtos e serviços inovadores para o mercado livre. A Log Energia continuará sendo liderada pelos seus atuais executivos e contará com o suporte e expertise dos profissionais da Galapagos.

Prêmio Secap de Energia

A Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (Secap), do Ministério da Economia, lança a 1ª edição do concurso de monografias, que premia a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. O tema da edição é "Aprimoramento dos aspectos concorrenciais e regulatórios do setor de energia". As inscrições e envio de monografias podem ser feitas até o dia 2 de dezembro de 2019 através do link: <https://www.enap.gov.br/index.php/pt/sem-categoria/premio-secap-de-energia-2019-2>

4º Congresso Brasileiro de Geração Distribuída

O O CBGD 2019 acontecerá nos dias 13 e 14 de novembro, em Olinda, Pernambuco. Serão abordados diferentes temas como Armazenamento, Inovação, Tecnologia, Fontes Renováveis, Lançamentos e Tendências, entre outros. Além disso, conta com a 4ª Feira Brasileira de Geração Distribuída, a ExpoGD, que acontece nos mesmos dias. **Utilize o código CBGD19ABRACEL30 e ganhe um desconto na hora da compra. Mais informações no site: <https://www.cbgd.com.br/site/>**

Férias Abraceel

De acordo com a programação de férias da Abraceel, Yasmin Oliveira estará em seu período de férias do dia **14.10** à **28.10**.

Operacionalização Portaria nº 514 para janeiro/2020

ACCEE divulgou por meio de comunicado a operacionalização do estabelecido pela Portaria nº 514/2018, já que a partir de **01.01.2020** o requisito demanda para consumidores livres será reduzido para 2 MW. Desta forma, a partir do dia **10.10** os agentes podem realizar a solicitação de modelagem para janeiro de 2020, alterando a condição de especial para livre. Caso o agente possua alguma condição específica que impossibilite a mudança automática de especial para livre, como uma comunhão carga, deverá encami-



Curtas

nar manifestação via chamado à CCEE até **22.11**. Para os casos em que não houver manifestação e os agentes não realizarem a solicitação de modelagem, as unidades consumidoras terão sua condição alterada de especial para livre de forma automática pela Câmara. O comunicado está disponível no site da CCEE.

Reunião da Abraceel sobre gás natural

Conforme deliberação do Conselho, será realizada reunião com as associadas para discutir as atividades da Abraceel na área de gás, em face da crescente importância do gás natural para o mercado. O encontro será realizado no dia **21.10**, às 13h30, em São Paulo. O objetivo da reunião é discutir as prioridades para atuação da Abraceel no setor de gás natural, que serão levadas para avaliação na reunião de Planejamento Estratégico da Abraceel 2020-2023, que será realizada nos dias **31.10** e **01.11** em Florianópolis. Solicitamos aos associados confirmar a participação na reunião através do e-mail abraceel@abraceel.com.br.

Mais empresas cadastram seus documentos na aba "Segurança de Mercado"

As associadas Deal e WxEnergy publicaram seus documentos na aba "Segurança de Mercado" do novo site da Abraceel, totalizando 10 empresas com documentos na seção. Destacamos que a área é exclusiva para empresas associadas e a medida faz parte da estratégia da Associação, que busca colaborar na construção de um ambiente de negócios mais seguro e transparente para o mercado. Cada representante recebeu, por e-mail, o login, a senha e as instruções para cadastrar os documentos. Caso você tenha alguma dúvida, basta enviar um e-mail para abraceel@abraceel.com.br que a equipe entrará em contato para ajudá-lo.



CENTRO DE CONVENÇÕES SÃO PAULO CORPORATE TOWERS
AV. PRESIDENTE ASSCELINO KUBITSCHEK, 1909 - VILA NOVA CONCEIÇÃO, SP

13:30 - ABERTURA

13:45 - PAINEL: NOVO MERCADO DE GÁS, AGENDA REGULATÓRIA ANP E HARMONIZAÇÃO NOS ESTADOS

– Simone Araújo, Diretora de Gás do Ministério de Minas e Energia
– Paula Campos, Diretora da ARSESP
– AHP* (a definir)

15:15 - COFFEE BREAK

15:30 - DEFINIÇÃO DE METAS PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ABRACEEL (ATIVIDADE RESTRITA AOS ASSOCIADOS)

– Moderador: Rivaldo Moreira, CEO da GasEnergy

>> PRÓXIMA SEMANA

14.10 - segunda-feira: Reginaldo Medeiros realiza call com a Arcelor Mittal para discutir o planejamento estratégico da Abraceel, às 15h;

15.10 - terça-feira: A Diretoria da Aneel, em reunião ordinária, discutirá: (i) proposta de abertura de Consulta Pública (2ª fase da AP nº 01/2019) para o aprimoramento da REN 482/2018, sobre micro e minigeração distribuída - Relator: Rodrigo Limp.

Alexandre Lopes realiza call com a Prime Energy para discutir o planejamento estratégico da Abraceel, às 15h;

16.10 - quarta-feira: Diretoria-Executiva realiza call com Antônio Farinha, consultor do Planejamento Estratégico da Abraceel, às 16h;

17.10 - quinta-feira: Bernardo Sicsú participa do Encontro Preço Horário, às 09h30, em São Paulo.

>AGENDA DO CONSELHO

Outubro:

21.10 - segunda-feira: Reunião sobre o mercado de Gás, às 13h30, em São Paulo;

29.10 - quinta-feira: Reunião presencial do Conselho de Administração da Abraceel, às 10h, em São Paulo.

31.10 e 01.11 - quinta e sexta-feira: Planejamento Estratégico da Abraceel em Florianópolis.